

O tema de capa deste segundo número da Revista MEB de Educação Popular é **Educar para a Democracia**. Trata-se, sem dúvida, de um instrumento formativo e mobilizador em torno de uma temática de grande relevância nos tempos atuais. A crise de governo e a crise social alimentam o interesse sobre a atuação das instituições democráticas e as possibilidades de defendê-las e melhorá-las. Respeito à Constituição democrática, autonomia dos poderes e regras de comportamento, programas de governo claros com prioridades sociais voltadas ao bem comum, relação entre democracia e cidadania e a educação para a participação eleitoral consciente em um contexto caracterizado pela pobreza e a falta de equidade social que reduzem a participação política, são temas de debate e de dúvidas na ordem do dia. Como eleger parlamentares e governantes representativos das diversas tendências de opinião presentes na sociedade e sensíveis às necessidades do povo, superando o simples partidarismo? Como melhorar o controle democrático, a democracia direta e os instrumentos de participação popular? O MEB quer dar sua contribuição a esta reflexão para discernir percursos do agir democrático por meio da educação popular.

Os autores convidados a intervir neste número da Revista aceitaram o desafio de discutir a problemática da democracia sob diferentes aspectos, contribuindo para enriquecer os debates que atualmente apaixonam estudiosos na maioria dos países democráticos, abrindo perspectivas de educação para a democracia e apresentando dicas para a educação popular.

O Dr. Luiz Síveres, a partir da percepção de uma sociedade fortemente identificada pelo individualismo, pela massificação e pela desigualdade social, propõe caminhos formativos que vinculam o desenvolvimento intelectual e a prática comunitária aos princípios democráticos de cooperação, coexistência e justiça social e articulam o protagonismo pessoal e social, a dinâmica estrutural e ambiental, a dimensão local e global.

Nilo Agostini estuda a convergência entre fraternidade e democracia, tendo presente a liberdade e a igualdade como fundamentos para a vida democrática. Faz isso confrontando e somando Paulo Freire e Papa Francisco, “profetas destemidos que olham para o amanhã com os pés no chão. Pensam a vida desde os condenados da terra ou esfarrapados do mundo, desde os abandonados e excluídos”. Ambos, Paulo Freire e Papa Francisco, são mestres de educação para a democracia na fraternidade que precisa de ação constante e, por isso conclui com São Francisco de Assis: “Comecemos, irmãos, pois até agora pouco ou nada fizemos” (SÃO FRANCISCO DE ASSIS, 1983, 1Celano, n. 103).

José Antonio Boareto, dialogando com Paulo Freire, questiona a aplicação da “necropolítica” em um contexto deteriorado da demo-

cracia brasileira e, chamando de volta o conteúdo da recente Campanha da Fraternidade Ecumênica, provoca a educação escolar a seguir o ritmo dos projetos de educação popular que, como práticas políticas, podem ocorrer a partir da escola pública enquanto centro aberto à comunidade e capaz de favorecer uma maior participação e promoção de uma cultura de solidariedade responsável.

Por meio de uma precisa análise do discurso, baseada em Michel Pêcheux, os autores Francisco Tenório da Silva e Maria do Socorro de Aguiar Oliveira Cavalcante revisitam a Cartilha Viver é Lutar, expressão original da concepção educacional do MEB. Nessa análise identificam textos de denúncias sobre a realidade desumana do trabalhador rural, tais como a fome, a pobreza, a luta pela sobrevivência e a luta pelos direitos políticos. Promovendo uma educação libertadora, o sujeito trabalhador torna-se consciente das formas de dominação da classe dominante e cria estratégias de resistência.

Humberto Herrera Contreras discute a contribuição de Amartya Sen para a elaboração de um modelo alternativo de capitalismo que desvincule o ser humano da função de valor agregado à produção e ao mercado e lhe devolve a liberdade de usar suas capacidades, alcançar transformações sociais profundas e reduzir as desigualdades gritantes do modelo capitalista. A saúde das democracias depende da superação do domínio das relações de mercado, do reconhecimento do valor da liberdade e o desenvolvimento das capacidades das pessoas de resolver as necessidades básicas por meio da expansão da educação de base e o incremento das oportunidades sociais para os pobres do mundo.

A entrevista com Maria de Lourdes de Almeida Silva, atualmente ativa também na coordenação pedagógica de um dos projetos do MEB no estado do Piauí, traz à tona a discussão sobre as políticas públicas voltadas à educação, a partir da luta do MEB para superação da desigualdade social por meio de programas de educação popular libertadora. Diante da dura realidade em que cidadãos e cidadãs, sujeitos de direitos, permanecem ainda sem a positivação do direito básico que diz respeito ao aprender a ler e a escrever, a definição do próprio projeto de país precisa estar calcada nos princípios da participação cidadã, no respeito à pluralidade de pensamento, nos Direitos Humanos, sendo esses alguns dos princípios que potencializam a democracia.

José Ivo Follmann, em entrevista, foca no amplo debate que brota da realidade atual com relação ao tema e à prática da democracia. As desigualdades sociais, que são históricas e sempre mais escandalosas no Brasil, denunciam o uso perverso da democracia e apelam por seu (re)encantamento. Tensões antagônicas se manifestam nas sociedades democráticas, ainda mais, dentro de sociedades, como a nossa, que são escandalosamente marcadas

pela desigualdade. O que de fato impera é o distanciamento entre o “mundo dos políticos” e o “mundo da sociedade civil” que clama pela participação.

Elinete Pereira dos Santos sistematiza o Colóquio Cartas para Paulo Freire: da leitura do mundo à leitura da palavra, proposto pela Universidade de Brasília (UnB) ao Movimento de Educação de Base – MEB, e às instituições de ensino superior UCB, UEPB e UFAL. Observa e registra a qualidade do processo vivenciado por esse grupo de sujeitos sociais inseridos em um processo de luta pelo fortalecimento da garantia de direitos e da cidadania plena, no contexto dos desafios extraordinários da pandemia da Covid-19 e da Campanha lançada pelo grupo do CEAAL por ocasião do centenário do nascimento de Paulo Freire. O MEB participou intensamente em ambos os eventos: o Colóquio e a Campanha Centenário Paulo Freire.

Gabriele Cipriani convida a revisitar a história das origens do MEB pela resenha da obra de Emanuel de Kadt, *Católicos Radicais no Brasil*. O momento atual, com a crise das democracias e aparição de populismos e autocracias de vários tipos, nos proporciona uma leitura questionadora não somente sobre as opções dos católicos radicais daqueles anos, mas chamam a nossa atenção sobre o compromisso social e os posicionamentos políticos dos católicos hoje.

Dom Juarez Sousa da Silva, Bispo de Parnaíba/PI, abre a sessão de depoimentos e testemunhos, juntamente com um grupo de educadores e educandos que participaram do Programam ProAja/PI ao longo de 2022, trazendo a sua experiência e o seu aprendizado.

Por fim, o espaço da arte e cultura nos presenteia com relatos e poemas sobre a importância da cultura popular no processo educativo comunitário de jovens e adultos.

Com 62 anos de história na educação de base, o MEB reafirma o seu compromisso com a democracia e segue defendendo este legado conquistado pela Constituição Federal de 1988 e garantido pela participação popular.

Manifestamos o agradecimento a todos e todas pela colaboração na edição da Revista MEB de Educação Popular e desejamos que a sua divulgação contribua para o aprofundamento da consciência política e a participação popular na solidificação da democracia em nosso país.

*Ir. Delci Maria Franzen*  
Secretaria Executiva  
do Movimento de Educação  
de Base – MEB